

AS POSSIBILIDADES DE UM NOVO EU: Um Estudo a Partir da Transmasculinidade

Deolindo dos Santos Neto

Graduanda em Psicologia,
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

Felipe Assis (Thais Felipe Assis)

Graduanda em Psicologia,
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

André Masao Peres Tokuda

Mestre em Psicologia e Sociedade – UNESP;
Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

Bruna Amaral Davalo

Graduada em Psicologia
Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

RESUMO

As sexualidades e os gêneros passam por modificações de acordo com cada sociedade. Em suma gênero é compreendido como aquilo que distingue socialmente o masculino e feminino, considerando os padrões sócio-históricos-culturais, enquadrando as pessoas em padrões do que é ser homem ou mulher. Imbuídos pelo preceito do binarismo acabam por excluir outras formas de gênero, como a transgêneridade. Nesta perspectiva faz-se necessário estudar identidades sexuais e de gêneros e a emergência de novas identidades trans. Diante disso, esse trabalho visou revisar a construção dos gêneros, sexualidades e a transgêneridade, com enfoque no trans homem frente à sociedade que cria regras de ser e estar no mundo. Este trabalho foi construído através de revisão bibliográfica, buscando apresentar aspectos importantes relacionados ao trans homem, vislumbrando problematizar a construção dessa identidade de gênero.

PALAVRAS CHAVES: gênero; transexualidade; transgênero; transmasculinidade; trans homem.

1 INTRODUÇÃO

A ideia de identidade de gênero não está associada unicamente ao sexo biológico, pois leva em consideração fatores social-histórico-cultural, sendo essas construídas historicamente de acordo com as crenças políticas ou visão de mundo variando de tempo e espaço. Então gênero pode ser mutável e não enquadrar a uma ordem da biologia e a vivências que são atribuídas ao mesmo, pois existe um sexo biológico, mas cada pessoa tem o direito de escolher o seu sexo social (gênero).

Mesmo com tantas mudanças ocorridas no decorrer do tempo ainda sim se encontra contradições que evidenciam muitos conflitos entre o que é ser homem e

mulher, é verdade que homens e mulheres compreendem ainda de maneira conflituosa as suas diferenças e igualdades, sendo necessário entender mais sobre, para exercer de maneira mais plena suas sexualidades, de modo que não necessariamente precisem exercer papéis sociais de acordo com o sexo biológico.

De acordo com os parâmetros estabelecidos pela a sociedade os homens e as mulheres estão acorrentados a papéis de gênero, nesse sentido ambos têm uma maneira de ser para serem reconhecidos como tal dentro da sociedade, usando como fator delimitante para enquadrar comportamentos que estão arraigados na sociedade que para ser homem ou mulher tem que exercer certo comportamento, existindo muitas injunções do que é ser, sendo difícil sair desta conjuntura.

É verdade que as mulheres lutaram para conquistar seu espaço dentro da sociedade e que os homens sempre estiveram em uma posição privilegiada, mas não basta ser homem ter nascido homem, para ser considerado homem o individuo deve provar que é homem, através dos discursos e comportamentos inseridos e sancionado pelo o meio, sendo a premissa que delimitará o reconhecimento social.

A partir disso acreditamos que na sociedade na qual vivemos são estipulados papéis sociais, os quais são pré-estabelecidos, podendo mudar de tempos em tempos e de sociedade para sociedade. Então uma pessoa que nasceu com o sexo de fêmea e não se adéqua ao determinismo dos gêneros, tem a necessidade de redefinir seu papel, no entanto não basta reproduzir comportamentos, estereotipados, masculinos, para essas pessoas existe uma pressão psicossocial para moldar e adequar o corpo de acordo com o gênero na qual se percebe, e a partir dessa (re)adequação que pode se mostrar como “o macho”, sendo identificada na literatura especializada como transmasculina.

Nessa perspectiva este trabalho visa responder como se dá à construção das identidades de gêneros em pessoas que nasceram com o sexo de fêmea, e que fogem do determinismo binário que as colocam como pertencentes ao gênero feminino.

2 OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é contribuir para que as problematizações de identidade sexuais e de gêneros tenham maior visibilidade dentro do meio acadêmico e social, visando uma maior discussão em relação às identidades transmasculinas.

3 MATERIAL E MÉTODOS

O método que utilizado para o desenvolvimento do trabalho foi o de pesquisa bibliográfica de caráter de análise qualitativa do conteúdo bibliográfico, no qual foi desenvolvido a partir de material já elaborado e publicado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, de sites como: Scielo, BVS PSI, base dados CAPES, Repositório Institucional UNESP.

4 A CONSTRUÇÃO DAS SEXUALIDADES DOS GÊNEROS

Tem corpo de fêmea, se veste com roupas identificadas como femininas. Através da terapia hormonal transformou seu corpo para o de macho, preservando sua vagina. Passa vestir e a usar nome que se identifica como homem. Relaciona-se sexualmente com mulheres que se vestem com roupas identificadas como femininas, que tenham vagina ou pênis (MUSSKOPF, 2008).

Teoricamente a determinação do sexo é biológica (genético). Porém o sexo está além da concepção biológica, sendo também uma expressão das condições sociais, culturais e históricas, e a sexualidade é um processo simbólico construído historicamente embasado nos valores e costumes de uma determinada sociedade. Ou ainda sexo social – gênero – é uma vivencia que situa o sujeito no mundo e determina, ao longo da sua vida, oportunidades, escolhas, trajetórias, vivências, lugares e interesses (KAHHALE, 2001).

Este trabalho consiste num projeto de estudo sobre identidades sexuais e de gêneros e a emergência de novas identidades trans, com enfoque na transmaculidade, ou seja, pessoas que nasceram com o sexo biológico de fêmea que escapam do determinismo binário que as colocam como pertencentes ao gênero feminino, sendo identificado na literatura especializada como trans homem.

O livro “A História da Sexualidade”, de Michel Foucault faz um critica ao entendimento tradicional da sexualidade como algo natural, sendo essa condição uma forma de eximir a repressão social. Argumentando que diferente do sexo, que é biologicamente delimitado, macho/fêmea, os desejos são unidades que foram constituídas no curso histórico de elementos sócios repressivos, já que novas sexualidades são constantemente (re)produzidas, de acordo com a assimilação de

novos saberes sobre o comportamento sexual, foram criando alternativas construtivista ao essencialismo, enfatizando que a sexualidade é constituída na sociedade e na história, não sendo ordenada apenas pela fator biologizante. Resumidamente discorrendo, as capacidades biológicas não são pré-requisito para a sexualidade humana, pois não é compreensível em termos puramente biológicos (FOUCAULT, 1988).

Faz-se necessário entender um pouco mais sobre alguns aspectos históricos que delimitaram a condição de ser mulher/fêmea e homem/macho, tais conceitos são delimitados e construídos historicamente e culturalmente, vejamos a seguir como esses conceitos foram construídos e arraigado nas entranhas da sociedade, que atualmente marginaliza, exclui e estigmatiza os gêneros-divergentes, aqueles que fogem das normas de conduta estabelecida pelo dispositivo binário de gênero.

Em seus estudos, Foucault (1984) investigou os conceitos de pessoa na qual se baseava as ciências humanas e naturais desde o iluminismo, observando que apresentavam a coexistência de um papel de objeto, aquele submetido a uma ação da natureza e de sujeito, o que é capaz de aprender sobre mundo e assim modificá-lo. Porém, Foucault (1984) não acreditava na possibilidade dessa convivência, pois a noção de pessoa estava/está vinculada a sistemas limitados historicamente, a partir do momento que as pessoas começaram a se reunirem em sociedade, passou a existir apenas sujeitos que variavam de tempo lugar, dependendo das suas interações, no entanto o conceito de pessoa como objeto e não como agente transformador foi importante para o surgimento e a manutenção da idade moderna, submetida à ação externa, mente e corpos humanos poderiam ser moldados por diversas instituições sociais.

As instituições sociais são todas as formas ou estrutura social, que varia de sociedade e cultura, na qual estabelece, constitui e sedimenta, situando o caráter normativo que a sociedade se baseia, através de um conjunto de regras e procedimentos padronizados, reconhecidos, aceitos e sancionados pela a mesma, ou seja, são os modos de pensar, sentir e agir impostos aos indivíduos pertencentes ao meio social. Sendo o meio social o responsável pela vida social, pela a manutenção da existência enquanto um corpo coletivo, enquanto sociedade em si, visando atender as necessidades sociais. Por isso que as instituições sociais sempre estão em constantes mudanças, para atender aquilo que as pessoas não estão mais satisfeitas,

no entanto tais alterações se fazem lentamente, com dificuldade, revendo, reavaliando e refazendo, regras e procedimentos, então o que não era aceito pela sociedade pode passar a ser aceito e vice versa (OLIVEIRA, 2005).

Tais instituições sociais como famílias, escolas, hospitais e prisões ao mesmo tempo em que firmavam várias unidades de proteção e assistência ao cidadão, também inserem mecanismos de controles, baseados na ameaça de punição, servindo para moldar as condutas e disciplinar os comportamentos (FOUCAULT, 1984).

Para Foucault (1987), o poder e a dominação não são originários de uma única fonte controladora, mas seriam exercidos em várias direções, em diferentes níveis, essa ação é sempre opressora, pode estar também relacionada à criação. Segundo o autor não existe relação de poder que não fosse acompanhada da criação de um saber de um conhecimento e vice e versa, pois o poder gera sempre o seu contrário: o contra poder e para não perder o poder é necessário sempre está atento e vigilante, e assim desenvolver novas habilidades que possam garantir a duração e conservação do poder, sendo o gancho que abriria espaço para as pessoas agirem contra o que não quer ser e pensar em outras possibilidades para o mundo em que vivem.

Foucault (1987) no seu livro “História da Sexualidade I: a vontade saber” chama a atenção para sexo. Argumenta sobre a imagem da moral vitoriana (época do reinado da Rainha Vitoria), na qual a família conjugal incitava o silêncio ao sexo, mantendo a sexualidade contida, muda e hipócrita, baseada num puritanismo moderno, mantendo-a através da repressão, assim:

As crianças, por exemplo, sabem-se muito bem que não têm sexo: boa razão para interditá-lo, razão para proibi-las de falarem dele, razão para fechar os olhos e tapar os ouvidos onde quer que venham a manifestá-lo, razão para impor um silêncio geral e aplicado. Isso seria próprio da repressão e é o que a distingue das interdições mantidas pela simples Lei penal: a repressão funciona, decerto, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação da inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber. Assim marcharia, com sua lógica capenga, a hipocrisia de nossas sociedades burguesas (FOUCAULT, 1987, p. 10).

Foucault, neste momento, vai além do discurso científico para melhor proferir sobre o poder, saber e sexualidade, constatando e afirmando com vigor a repressão. A sua quebra poderia estar ligada a uma felicidade futura que se projetaria, logo, seria

algo que incitava (possibilitando de um futuro de liberdade e pleno de gozo). Para o autor se o sexo era algo que incitava então por que há tanta culpa pelo sexo? Que dívida seria essa? O autor explica que a repressão foi, desde a época clássica, o modo fundamental de ligação entre poder, saber e sexualidade, sendo elementos negativos da interdição do sexo que tem uma função local e tática numa colocação discursiva, determinada como uma técnica de poder. Então, para Foucault: “O que é próprio das sociedades modernas não é o terem condenado, o sexo, a permanecer na obscuridade, mas sim o terem-se devotado a falar dele sempre, valorizando-o como o segredo” (FOUCAULT, 2001, p. 42).

Apesar das evoluções da sociedade ainda há resquícios que colocam o sexo como tema vedado que é herdado da ordem natural (construto cultural), inclusive a ordem divina (o pecado), e tais discursos constrói segundo Foucault (1987) a história política de uma produção de “verdades” reproduzidas pela sociedade, na eterna vigilância de um sobre os outros. Isso é o resultado da formação de poderes específicos, sustentado pelas “verdades” (re)produzidas em relação à sexualidade.

Entende-se sexo como dado físico-biológico, caracterizado pelo aparelho genital que distingue os seres humanos entre machos e fêmeas, já gênero está além da construção do aparelho genital, constituído no social, configurado por regras e padrões de comportamentos imbuídos, constitui a identidade social das pessoas, não necessariamente pelo substrato físico-biológico. Compreende-se por sexualidade como dado sexual, na qual é expresso o desejo erótico e sexual de diversas formas, conhecida também como “orientação sexual” (MUSSKOPF, 2005).

Para Butler (2003), baseada na ideia de Simone Beauvoir, gênero é uma prática cristalizada, na qual comportamentos ditos como femininos e/ou masculinos denotam prática insistente e insidiosa, sustentada e regulada por vários meios sociais. Desta forma, Butler (2003, p.11) coloca que gêneros são performances, que tem:

Como estratégia para descaracterizar e dar novo significado às categorias corporais descrevo e proponho uma série de práticas parodísticas baseadas numa teoria performativa de atos de gênero que rompem as categorias de corpo, sexo, gênero e sexualidade, ocasionando sua re-significação subversiva e sua proliferação além da estrutura binária.

Assim, indo de encontro com o que colocou Beauvoir (1967, p. 9) “Ninguém nasce mulher: tornasse mulher”, podemos completar, ninguém nasce homem tornasse homem, ou seja, gênero é uma construção social na qual macho é treinado

para ser homem e a fêmea é treinada para ser mulher, tudo é construindo socialmente, o que transforma são os discursos políticos.

Desmistificação do gênero como uma roupa, não simplesmente a roupa, essa que as pessoas vestem, mas todas as roupagens institucionais, jurídicas, educacionais, históricas, religiosas, que revestem esse sexo genital, tornando esse sexo em um agente social com práticas muito bem demarcadas e que não deve ser nunca ultrapassada (LANZ, 2014).

Nossa sociedade está acostumada a dividir o sexo em duas categorias bem distintas. Desde o nascimento homens e mulheres aprendem que tem que desempenhar papéis quase que opostos. Mas o que acontece quando meninas e meninos não desempenham papéis que a sociedade espera? O que acontece quando a pessoa quer se transformar em mulher apesar da anatomia masculina ou que querem assumir o papel de homem tendo nascido com o corpo feminino?

Essa separação sexual pode ser enquadrada como um “tabu”, pois divide o sexo em duas conjunturas excludentes, agindo contra a uniformidade de homens e mulheres, ressaltando desacerbadamente as diferenças biológicas entre os sexos e que, portando, delimita o gênero. Sendo assim a sociedade transforma o sexo biológico em elementos para atividade humana, servindo como uma série de arranjos preliminares que quando atendidas são satisfeitas (RUBIN, 1993). Portanto, as ideologias sociais são construídas historicamente de acordo com as crenças políticas ou visão de mundo variando de tempo e espaço, falseando a realidade ou mesmo um conjunto sistemático de ideias que norteiam o comportamento, baseada nas diversas realidades sociais que sempre visa à transformação da sociedade de acordo com seus ideais e concepções de mundo. Contudo, gênero pode ser versátil e não obedecer a uma ordem da natureza e dignidade que lhes é própria, levando em consideração as construções culturais e sociais, já que existi um sexo biológico, mas cada pessoa tem o direito de escolher o seu sexo social (gênero). Chegando a compreensão que gênero e as suas complexidades envolvem fatores que podem ser de natureza biológica, psicológica e social, sendo necessário compreender como foi à construção da sexualidade masculina e feminina.

5 CONSTRUÇÕES DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS GÊNEROS

Neste tópico, iremos discutir as identidades sociais e também as

representações de gêneros e sexualidades, problematizando se é possível ainda pensar em masculinidade e feminilidade como essências identitárias, ou seja, se podemos definir o que é ser homem e mulher.

Mesmo antes de nascer já é imposto ao(a) bebê toda estrutura de sua vida, roupas, brinquedos, comportamentos e carreira profissional. Segundo Leal (1995), quando os indivíduos nascem são classificados de acordo com sua genitália, machos ou fêmeas e assim são assignados a serem educados segundo com que a sociedade estipula como próprio de homem e mulher. Os pais ou cuidadores(a)s estimulam tal pensamento, educando as crianças, reforçando as diferenças entre os gêneros, na educação diferenciada dá carrinhos e bolas para os meninos e para as meninas bonecas e panelinhas e é claro a forma de vestirem-se deve ser reforçada, também contam histórias de personagens homens e mulheres muito diferentes entre si.

A ideia que se coloca como natural é da identidade de gênero estar em congruência com o sexo biológico, então a esfera sociocultural define, quase que instantaneamente, quais gestos, comportamentos, modo de vestir, atitudes e conversas de modo análogo para homens e mulheres. O pensamento difundido é que quem nasce com sexo de macho, terá o gênero masculino, desejo heterossexual e prática sexual ativa, já as que nascem com o sexo de fêmea, teria o gênero feminino, orientação heterossexual e ser passiva (COSTA, 1995). Desta forma, entende-se que a sexualidade humana na atualidade não é a mesma do século XIX, pois o modo como se percebe foi modificando-se ao longo do tempo (FOUCAULT, 1986).

Na antiguidade prevaleceu regras sobre a desigualdade sexual, pois não existia léxico que pudesse explicar as diferenças sexuais, prevalecendo à concepção de monismo sexual. O monismo, segundo Freud (1996), seria que na infância as crianças só reconheceriam um único órgão, o masculino, ignorando por completo a existência da vagina até a chegada da puberdade. Foi a partir do monismo que prevaleceu a ideologia anatômica, na qual a fêmea era compreendida como sendo um macho ao contrário, “O útero era o escroto feminino, os ovários eram os testículos, a vulva, um prepúcio e a vagina era um pênis.” (LAQUEUR, 1989 apud COSTA, 1995, p. 100).

Com a extinção da ideia de unicidade, ou seja, o macho como o único sexo e corpo perfeito, e o surgimento do dualismo sexual, na qual a mulher passa a não ser mais vista como inferior ao homem e sim o inverso dele, fato esse que surgiu em

meados dos séculos XVIII para o XIX (BADINTER, 1993). Ao contrário do monismo, na qual o gênero voltava-se somente para relação anátomo-fisiológico, o dualismo, vai usar a fisiologia anatômica como ferramenta para traçar uma ideologia política, na qual papéis ideológicos começam a ser demarcados, machos e fêmeas são vistos como, descontinuo, nos quais o sexo é base para criar imposições e alterações éticas às condutas, variando de maneira que os requisitos da sociedade burguesa, capitalista, individualista, nacionalista, imperialista e colonialista inserida nos países europeus (COSTA, 1995).

Olhando por outro ângulo, mesmo com a separação dos sexos (bissexualização) ainda se destacou/se destaca a hegemonia masculina sob o feminino, mas com uma nova abordagem, mencionando-se a inferioridade da mulher do porte físico (ossos, músculo, nervos). Portanto, apesar das mudanças com relação à compreensão da mulher, isso não provocou a remoção da escala de inferioridade em que habitualmente fora colocada. Tal alteração de percepção apareceu simplesmente para reintegrar a superioridade masculina, deixando a mulher na mesma circunstância, a de menos prestigiada, sendo a ênfase à masculinidade uma consequência desta mudança, perpassando da ideologia biológica para a política, econômica e social, assim:

Primeiro veio a reprodução das desigualdades sociais e políticas entre homens e mulheres, justificada pela norma natural do sexo. Em seguida, o que era efeito tornou-se causa. A diferença dos sexos passou a fundar a diferença de gêneros masculino e feminino que, de fato, historicamente a antecederia. O sexo autonomizou-se e ganhou o estatuto de fato originário. Revolucionários, burgueses, filósofos, moralistas, socialistas, sufragistas e feministas, todos estavam de acordo em especificar as qualidades morais, intelectuais e sociais dos humanos, partindo-se da diferença sexual entre homens e mulheres (LAQUEUR, 1991 apud COSTA, 1995 p. 128).

A decorrente ênfase à masculinidade teve início no período XIX, pois algo necessitava ser feito para que não fosse considerado como princípio social, o estado de declínio da masculinidade, já que as características femininas que as inferiorizavam passaram a perseguir o imaginário social da masculinidade burguesa.

Construído através da história as relações de gênero, são papéis masculinos e femininos, que para os socialistas foi embasada numa ideologia patriarcal e assumidas pelo capitalismo de modo a favorecer a obtenção de lucros. Na categoria de gêneros estão presentes a confusão entre o natural e o histórico, são duas divisões que servem como instrumento para a classe dominante que vão dar base para se

fazer acreditar que é “natural” uma classe ser subordinada à outra dentro da sociedade (VIEZZER, 1989).

Na atualidade alguns homens reconhecem que as mulheres vêm ganhando espaço na sociedade, percebendo que podem ocupar o mesmo espaço que eles. No entanto este fato pode provocar certo incomodo nos homens, já que segundo Muraro (1983) e Grassi (1996) existem questões óbvias que estão intensamente enraizadas na sociedade, a que o feminino deve ser subordinado ao masculino.

É verídico que essas contradições evidenciam um conflito que ainda continua nos indivíduos nesse período de tantas mudanças é certo que é necessário mais algum tempo para que homens e mulheres possam compreender de maneira menos conflituosa as suas diferenças e igualdades e assim exercer de maneira mais plena suas sexualidades, de modo que não necessariamente precisem exercer papéis sociais de acordo com o sexo biológico.

5.1 A Masculinidade

Nos conteúdos anteriores fora abordado o processo histórico sobre sexo, gênero, orientação sexual e sexualidade e posteriormente uma reflexão sobre representação de gêneros e a emergência de novas identidades como, por exemplo, trans homem, partiremos de forma mais incisiva para as questões que dizem respeito especificamente à masculinidade.

Partindo do contexto biológico o macho possuiu cromossomos XY e a fêmea XX, na qual a diferença é que o primeiro fica com o cromossomo Y, sendo o que distinguiria “ele” de ser “ela”. Neste sentido, o sexo base seria o de fêmea em todos os mamíferos, sendo os cromossomos, a base que orienta a fêmea e o macho no seu sexo biológico. Este último é construído contra a feminilidade original do embrião, no qual só corresponde inicialmente ao cromossomo XX. Isso explica que todos os embriões na sua formação base são idênticos e bissexuais, assim o macho entra em uma “briga” constante para se tornar um macho biológico e se distinguir da base XX (BORIS, 2002). O sexo tem como propósito separar a diferença entre macho e fêmea, aplicando a noção acima que as diferenças comumente são a partir de atributos físicos e órgão reprodutivo.

Outro conceito sendo esse social é que a palavra homem apresenta ambiguidade, já que pode ser usada tanto para referir-se à espécie humana quanto

ao sexo masculino e a palavra mulher é relegada apenas ao sexo feminino (MORAIS, 1968, p. 19).

Para explicar a palavra homem como análoga à vida humana tende-se respaldar-se nos valores dominantes que sempre estiveram associados ao masculino, tanto que a palavra masculinidade tem suas definições e denominação de “viril”, “energético”, “forte” e “ativo”, por isso as histórias quase sempre tiveram e tem como protagonistas homens, principalmente, quando se lembra de heróis, deuses e imperadores, e as mulheres muitas vezes ocupam papéis coadjuvantes. De forma mais velada ainda persiste os aspectos dessa hierarquização entre os gêneros que foi durante muitos períodos históricos reforçados (BORIS, 2002).

É observado que os homens lutam para distinguir-se das mulheres em sua raiz cromossômica e socialmente estas lutam para equiparar-se socialmente aos homens, devido ainda pertencermos a uma sociedade machista e misógina, na qual coloca pessoas com sexo de macho no centro do universo. Estudos recentes mostram de outra maneira como é construída socialmente a representação sobre masculinidade, diferente de outras literaturas que se respaldavam na biologia e no machismo.

O termo machismo guarda em si limitações conceituais no que tange à sua capacidade explicativa para mapear a organização do sujeito. Este termo reduz a questão do sujeito a um aspecto apenas: o cultural-político. Seu uso de forma indiscriminada aponta para um conjunto de comportamentos que dificultam a compreensão do modo como se constrói socialmente a masculinidade (NOLASCO, 2001, p. 87).

Ou seja, o machismo estigmatizado, restringe e limita a figura masculina a uma só posição, aquela que na visão política e ideológica, absolutamente linear, que homem é superior ao sexo feminino (GUTMANN, 2013).

Nolasco (2001) afirma que para ser homem deve-se aprender, geralmente, o que não devem ser feito, antes de incorporarem o poder de ser, por isso quando se pergunta para maioria dos garotos o que é ser homem, maior parte responde simplesmente “o que não é feminino”, não ser mulher.

Para Santos (2007) não existe uma linearidade na identidade masculina, se observada social e politicamente, não sendo possível definir um modelo igual para todo o mundo. “Existe tal abundância etnográfica e cultural no planeta que nos permite inferir vários tipos de ideologias masculinas” (SANTOS, 2007, p.136). Pois segundo o mesmo autor a biologia não fundamenta a representação sobre a masculinidade, e

sim a construção cultural e social e por isso não existe um parâmetro que norteia as representações sobre o que é ser homem e mulher, já que existem imensuráveis/variáveis culturais.

Por essa razão, é observado que existem maneiras diversas de ser e expressar a masculinidade, entendendo-a no plural, masculinidades. No entanto, ainda se reafirma a “masculinidade hegemônica”, que é aquela na qual o homem está acostumado com o poder, nega o diferente, faz uso da violência para poder se afirmar (FIALHO, 2006). Então:

[...] não existe uma única masculinidade, apesar de existirem formas hegemônicas e subordinadas a ela. Tais formas baseiam-se no poder social dos homens, mas são assumidas de modo complexo por homens individuais que também desenvolvem relações harmoniosas com outras masculinidades (KAUFMAN, 1995 apud SANTOS 2007).

Ainda que haja o reconhecimento de vários conceitos de masculinidades, distintos autores postulam que o embasamento é do modelo de “masculinidade hegemônica” ratificado pelas relações de poder (STRAIOTTO, 2017).

A masculinidade hegemônica é uma conjuntura de ações desempenhada por homens e mulheres. Sendo estas ações que vão impor o modelo patriarcal, justificando de modo geral a continua sujeição das mulheres para os homens. É necessário compreender que o modelo de masculinidade hegemônica mencionado, é difundido no processo de socialização de meninos e meninas. Especificamente nos meninos, tal modelo de homem (autossuficiente e independente) é transmitido desde criança. Ao entender também a constituição da masculinidade é observado que existem construções subjetivas, apesar de muitos aspectos serem comuns, cada qual tem sua individualidade, variando conforme a cultura e o meio social, sendo desenvolvida de forma particular. É neste sentido que a noção de identidade masculina será também questionada, pois existe uma identidade “base” que a partir dela são criados outras subjetividades masculinas (BORIS, 2002).

Para explicar este processo de disseminação o autor Welzer-Lang (2001) traz o conceito de “casa-dos-homens”, nesta os meninos quando crianças em determinada fase começam a se (re)agrupar com outros de sua idade, adentrando a fase denominada de homosociabilidade, surgindo tendências a vivenciar experiências homossexuais através da competição, na qual manipulam o órgão genital em grupos, se masturbando, quem urina mais longe, assistindo pornografia, dentre outros

comportamentos, ou ainda, quando não existe a manipulação os meninos utilizam da expressão do desejo, manifestando por meio de perguntas sobre características do genital e a disposição sexual (WELZER-LANG, 2001).

Seguindo a ideia de homossociabilidade, os meninos são inseridos no meio por outras gerações aqueles que já passaram por essa transição, sendo responsáveis por mostrar, informar, delimitar e corrigir comportamentos viris, portando todo homem pode ser um aprendiz e posteriormente um “professor”.

Em várias pesquisa os estudiosos apontam que os bebês do sexo de macho são mais expressivos emocionalmente que as fêmeas, mas isso se perde, ou fica recalçado, quando se atinge certa maturidade e entra para a escola, devido à imposição social de como ser homem é necessário que meninos escondam suas emoções, perdem essa expressividade por acreditarem que não precisam desse sentimento, por estarem enraizados que homem não chora ou não deve demonstrar esses tipos de sentimentos (ROSA 2002).

Seguindo a ideia de Welzer-Lang (2001) na “casa-dos-homens” a construção da masculinidade é passada de geração para geração, ou seja, aquele que já passou pela transição inicia quem está na transição, e seguindo a ideia de Connell sobre masculinidade hegemônica existe uma masculinidade “base”, unindo esses dois conceitos é possível pontuar que a ideia “base” de masculinidade só é aprendida e (re)passada através dos rituais de iniciado e iniciador, mas Boris (2002) pontua que cada individuo entende sua masculinidade apesar de ter conteúdos em comum cada um tem sua individualidade.

O homem, dentro do aspecto histórico, teve que aprender a dominar e impor sua superioridade acima de tudo e todos, até mesmo das mulheres e seus filhos. A mulher era vista apenas para procriação e tutora das casas, mas atualmente a mulher vem conquistando seu espaço e quando os homens se veem sem lugar, aparece o que muitos denominam de crise da masculinidade (CONNELL, 2000 apud FIALHO, 2006).

Vivemos em uma sociedade que não é mais possível se pautar unicamente no modelo tradicional de masculinidade. As mulheres se movimentaram e viram as correntes que as aprisionavam, no entanto ainda vivemos em sociedades machistas, nas quais os homens detém o poder sobre as mulheres, mesmo com as conquistas de direitos e poderes destas o masculino continua sendo mais valorizado e detendo o

poder (CARLOTO, 2001).

A escritora feminista observa, nesse sentido, que “[...] os homens, até mais que as mulheres, estão acorrentados a papéis de gênero.”, no sentido que não se trata vê-los como vítimas da história e sim entender que os homens tem uma maneira de ser para serem reconhecidos como tal, ou seja, está arraigado na sociedade que para ser homem tem que ter certos tipos de comportamento, exemplo, homem que é homem não aceita a diferença, a mulher numa posição de igualdade, não pode chorar, não leva desaforo para casa, tudo se resolve na violência, portando tem muitas injunções que o homem que é homem tem que ser, sendo difícil sair desta conjuntura (LATTANZIO, RIBEIRO 2012). Ser homem é algo mais do que apenas ter nascido homem, para ser homem o individuo deve provar que é homem e só assim terá reconhecimento social (ROSA 2002).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o que foi discutido no decorrer desse trabalho tivemos como objetivo estudar sobre identidades sexuais e de gêneros e a emergência de novas identidades trans, com enfoque no trans homem, sendo importante trazer à tona discussões sobre sexualidades e gêneros e a transmaculindade, é observado que apesar da evolução dos conceitos ainda sim se prevalece algumas crenças arraigadas no seio da sociedade, capaz de demarcar o lugar de cada ser dentro dela. Chegando a conclusão que existe uma pressão psicossocial para homens e mulheres para se enquadrarem a papéis pré-estabelecidos e sancionados pela sociedade e não diferente os trans homens também sofre essa pressão, assim como o homem dito como “normal”, um trans homem precisa ter como base uma masculinidade e reafirmá-la para ser aceito pelo o meio.

REFERÊNCIAS

BADINTER, E. XY: Sobre a identidade masculina. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BEAUVOIR, S. O Segundo Sexo, Volume 2. Difusão Européia do Livro, 2ª Edição. 1967.

BORIS, G. D. J. B. Falas de homens: a construção da subjetividade masculina. São Paulo: Annablume, 2002.

BUTLER, J. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade; Trad. Renato Aguiar. 2º ed. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2003.

CARLOTO, C, M. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. Serviço social em revista, Londrina, v. 3, n. 2, p. 201-213, 2001.

COSTA, J. F. A face e o verso: estudos sobre o homoerotismo II. São Paulo: Editora Escuta, 1995.

FIALHO, F, M. Uma crítica ao conceito de masculinidade hegemônica. Comunicação realizada no Seminário Internacional Fazendo Gênero. v. 7, 2006. .

FOUCAULT, M. História da Sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. História da Sexualidade I: A Vontade de Saber; tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 14.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

FOUCAULT, M. História da Sexualidade II: o uso dos prazeres. Trad. ALBUQUERQUE, Maria Thereza da Costa; ALBUQUERQUE, J. A. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 4 ed. 1984.

FOUCAULT, M. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

GRASSI, M. V. F. C. et al. A sexualidade e o ser: uma compreensão do vivenciar masculino. 1996.

GUTMANN, M. O machismo. Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia, n. 34, 2013.

IEZZER, M. O problema não está na mulher. Cortez Editora, 1989.

KAHHALE, E. M. P. Subsídios para reflexão sobre sexualidade na adolescência. In: BOCK, A. M. B; GONÇALVES, M. G. M; FURTADO, O. (Orgs.) Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica e psicologia. São Paulo: Cortez, 2001.

LANZ, L. O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

LATTANZIO, F, F; RIBEIRO, P, C. Originary repression, gender and psychic suffering. *Psicologia em Estudo*, v. 17, n. 3, p. 507-517, 2012.

MORAIS, V. A Emancipação da Mulher: as raízes do preconceito antifeminino e seu declínio. 2ª Edição. Editora CITAL, 1968.

MUSSKOPF, A. S. Quando sexo, gênero e sexualidade se encontram. *Tempo e Presença Digital* (Online), Rio de Janeiro, v. 3/8, 01 abr. 2008. Disponível em: <http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=161&cod_boletim=9&tipo=Artigo>. Acessado em: 13 de abril de 2016.

NOLASCO, S. De Tarzan a Homer Simpson: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais. Rocco, 2001.

OLIVEIRA, P. S. de. Introdução à sociologia da educação. São Paulo: Ática, 2005.
ROSA, S. O Menino Nito—afinal, homem chora ou não. Rio de Janeiro, 2002.

RUBIN, G. O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo. Recife: SOS Corpo, 1993.

SANTOS, W. T. M. Modelos de masculinidade na percepção de jovens homens de baixa renda. *Barbarói*, n. 27, p. 130, 2007.

STRAIOTTO, D, S. et al. “... E eu pensei: o que estou fazendo aqui?!” homens egressos do curso de pedagogia: estabelecimento e deslocamento na profissão. 2017.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, 2001.